

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 085/2016 - CPL/SESA-AP
Processo nº. 304.16835/2014 - SESA

1. PREÂMBULO

1.1. A Secretaria de Estado da Saúde do Amapá, por intermédio deste Pregoeiro subscrito, designado pela Portaria nº 0099/2017-SESA, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data e horário abaixo indicados, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com vista à formação de **REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**, com regime de **EXECUÇÃO INDIRETA**, para formação de em sessão pública virtual, por meio da **INTERNET**, através do sítio www.licitacoes-e.com.br, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, que será regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002; Lei nº 10.191 de 14 de dezembro de 2001; Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, nº 5.450 de 31 de maio de 2005; Decreto 5.504 de 05 de agosto de 2005; Decretos Estaduais nº 3.182/2016, nº 1.278/2011 e nº 2.648/2007; Lei Complementar Estadual nº 044 de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014; Constituição Federal de 1988, Art. 37, XXI e subsidiariamente a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/10/2017, às 08h00min (horário de Brasília)

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 25/10/2017, às 17h45min (horário de Brasília)

DISPUTA DOS LOTES: 26/10/2017, às 09h00min (horário de Brasília)

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDER O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA**, visando atender as necessidades desta Secretaria Estadual da Saúde, com propósito de atender a Proposta N° 23086.176000/1120-54, aprovada pelo Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde - Governo Federal, de acordo com as características contidas no Termo de Referência e seu Anexo.

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no site www.licitacoes-e.com.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preço – SRP fundamenta-se na hipótese prevista no inciso II do artigo 3º do Decreto 3.182/2016, já que é mais conveniente para administração à aquisição do bem com previsão de entrega parcelada durante a validade da Ata.

3. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO EDITAL

3.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição, documento tipo **doc, pdf** ou equivalente, a ser enviada exclusivamente para o e-mail cplsesa@gmail.com.

3.2. O Pregoeiro, se julgar necessário, solicitará auxílio da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Saúde do Amapá ou à Coordenadoria responsável pela elaboração do Termo de Referência, para decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.3. Acolhida a impugnação contra este Edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 18 Decreto 5.450/2005.

3.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o e-mail cplsesa@gmail.com, conforme art. 19, Decreto 5.450/2005

3.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, no campo "documentos" para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

3.6. Decairá do direito de impugnar os termos deste ato convocatório, o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até 02 (dois) dias úteis que antecederem a data fixada à abertura da sessão pública, sendo intempestiva a comunicação do suposto vício enviada após o decurso deste prazo.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

4.2. **COTA EXCLUSIVA:** Os itens descritos no Anexo V deste Edital são destinados à participação exclusiva das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

4.3. **COTA RESERVADA:** Não haverá Cota Reservada para este processo licitatório por não se tratar de objeto de natureza divisível, conforme o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

4.4. **COTA PRINCIPAL:** Os itens descritos no Anexo VI deste Edital são destinados à ampla competitividade, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.7. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou

da Secretaria de Estado da Saúde do Amapá responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.8. Não poderão participar deste Pregão:

- a) Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.
 - I. Justifica-se a vedação de participação na presente licitação por não se tratar de objeto que não constitui de complexidade técnica, bem como o vulto financeiro não se evidencia ser expressivo.
- b) Empresa **suspensa** de contratar com a Secretaria de Estado da Saúde do Amapá;
- c) Empresa **impedida** de participar de licitações ou de contratar com a Administração Pública, durante prazo da sanção aplicada;
- d) Empresa que esteja **declarada** inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- f) Empresa que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- g) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h) Servidores desta Secretaria de Estado da Saúde, na forma do art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar os trabalhos da equipe de apoio.
- b) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame.
- c) Verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, analisando sua aceitabilidade.
- d) Desclassificar propostas, quando for o caso, motivando seu ato.
- e) Conduzir os procedimentos relativos à etapa de lances e à escolha da proposta do lance de menor preço.
- f) Verificar e julgar as condições de habilitação do proponente que apresentar a proposta de menor preço classificada.
- g) Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- h) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso.
- i) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

6. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITACOES-E

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao sítio www.licitacoes-e.com.br.

6.2. O sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Secretaria de Estado da Saúde ou ao sítio www.licitacoes-e.com.br a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e, quando for o caso, seus anexos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

6.6. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br.

7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

7.1. A licitante deverá na forma expressa no sistema eletrônico, consignar os valores totais por item, com até duas casas decimais após a vírgula, em moeda brasileira corrente, com a descrição sucinta do material e fabricante/marca do produto para o item o qual deseja, observadas as especificações do Anexo I do Termo de Referência.

7.2. Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

7.3. As propostas terão validade de no mínimo 90 (noventa dias), contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7.4. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

7.5. As propostas deverão ser enviadas, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até o dia e horário previstos para o limite do acolhimento das propostas, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.6. Até a abertura das propostas, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

7.7. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

7.8. Serão desclassificadas as propostas dos licitantes que descumprirem a qualquer item desta cláusula ou que não atenderem na íntegra as exigências do Termo de Referência, ou ainda, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, no sítio www.licitacoes-e.com.br, utilizando sua chave de acesso e senha para operar o pregão eletrônico.

8.2. A partir do horário previsto no Edital terá início à sessão pública virtual do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

- a) O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.
- b) A desclassificação da proposta será sempre, fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3. Aberta à etapa competitiva, os licitantes que tiverem suas propostas classificadas deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

- a) Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha;
- b) O licitante somente poderá oferecer lance por meio eletrônico e que seja inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- c) Não serão aceitos **dois** ou **mais lances do mesmo valor**, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- d) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em **tempo real**, do **valor do menor lance** registrado vedada à identificação do licitante.
- e) A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá, exclusivamente, mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- f) O sistema disponibilizará campo próprio, chat de comunicação, para envio de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Após a abertura, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que se enquadrarem em uma das situações elencadas no item 9.3.

9.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3. Serão desclassificadas as proposta que:

- a) Contenham vícios ou ilegalidades.
- b) Não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, especialmente os requisitos técnicos exigidos pelo Termo de Referência.
- c) Apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis.
 - i. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
 - ii. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666/93.

9.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de formulação de lances.

10. DA COMPETITIVIDADE E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

10.2. As licitantes classificadas poderão encaminhar lances para o preço do lote que deseja participar, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

10.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

10.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, a seu critério, lance cujo valor for considerado inexequível;

10.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

10.9. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

11.1. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados. Retornando o Pregoeiro ao sistema, quando possível sua atuação, os atos serão convalidados sem prejuízo para as licitantes.

11.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa às licitantes, pelo sítio www.licitacoes-e.com.br.

11.3. Caso seja necessário, o pregoeiro poderia interromper a fase de lances por problemas técnicos ou quando a quantidade de lotes não permitir a finalização no mesmo dia, sendo reiniciado no próximo dia útil.

11.3.1. Na ocorrência da interrupção listada no subitem 11.3, o pregoeiro, assim que possível, informará no campo "MENSAGEM" o motivo da suspensão e a data possível de retorno.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

12.2. Não será admitido negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

12.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.4. A vencedora deverá adequar sua proposta de preço ao último lance, contendo apenas duas casas após a vírgula, conforme regras matemáticas, e conter ainda:

- a) As quantidades, discriminação dos produtos, espécie/tipo e procedência (se for o caso), marca, valor unitário e total;
- b) A indicação e descrição detalhada das características técnicas do(s) produto(s) proposto(s) para o(s) respectivo(s) item(s) que compõe(m) o objeto desta licitação, em conformidade com os requisitos, especificações e condições estipuladas neste Edital, inclusive prazo de entrega e garantia e demais especificações que permitam aferir com precisão ao solicitado no edital;
- c) Prazo de entrega e garantia dos produtos, prazo de validade da proposta e prazo de pagamento, na forma descrita no específico, donde caso a proposta não conste estas informações, serão considerados os prazos do edital;

12.5. Será desclassificado o licitante que não manifestar resposta da contraproposta dentro do prazo estabelecido pelo (a) pregoeiro (a).

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. No julgamento das propostas será adotado o critério do **Menor Valor Total por Item**, observadas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

13.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

14. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

14.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro confirmará se a proposta classificada em primeiro lugar possui compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposições deste Edital.

14.1.1 Como forma de estimular a competitividade e a economicidade por esta Administração, não será disponibilizada a planilha de pesquisa mercadológica que originou o valor estimado;

14.1.2 O orçamento estimado constante no item 17 do Termo de Referência versa sobre o valor da Proposta aprovada pelo Fundo Nacional de Saúde, sendo complementado com uma contrapartida do Governo do Estado do Amapá;

14.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados.

14.3. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios, valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos e/ou em desacordo com o preço de referência constante no Processo Administrativo.

14.4. Para Cota Exclusiva será dado o cumprimento ao disposto no Artigo 48, Inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

14.5. Para Cota Principal, em caso de empate, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), cuja proposta seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem

classificada no final dos lances do pregão, quando será concedido, pelo sistema eletrônico, para Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) mais bem classificada.

14.6. Para efeito do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) Encerrada a fase de lances, o licitante enquadrado como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), mais bem classificado será convocado para apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, conforme § 3º, do Art. 45 do dispositivo legal mencionado.
- b) Em caso de apresentação da nova proposta, na forma do subitem 14.7, será examinada a aceitabilidade da proposta e os requisitos de habilitação;
- c) Não sendo apresentada nova proposta, na forma do subitem 14.7, ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas as Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
- d) O direito de preferência previsto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- e) No caso de igualdade dos valores apresentados pelas Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplica-se o disposto no item 14.7, para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no item;

14.7. Não ocorrendo a contratação da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) na forma do item anterior, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, após o cumprimento dos requisitos de aceitabilidade da proposta e dos documentos de habilitação do licitante;

14.8. O pregoeiro registrará no campo "CONTRAPROPOSTA" o valor estimado para o lote arrematado, concedendo prazo para que a empresa arrematante se manifeste sobre a adequação e aceite. Se o valor não for aceito pela empresa arrematante o pregoeiro procederá com a sua desclassificação, examinando a proposta do licitante subsequente, até que se consiga alcançar uma proposta que se adeqüe ao valor de referência;

14.9. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias ou não entregá-lo no prazo prescrito no Edital, o Pregoeiro desclassificará o referido licitante, examinando as propostas subsequentes e as respectivas documentações de habilitação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital;

14.10. Será desclassificado o licitante que não manifestar resposta da contraproposta dentro do prazo estabelecido pelo pregoeiro no sistema *licitações-e*;

14.11. Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada habilitada e vencedora;

15. DA AMOSTRA E/OU DO MANUAL TÉCNICO DO OBJETO

15.1. É obrigatório o envio de manual/folder/prospecto dos lotes arrematados, cuja proposta tenha sido aceita quanto à compatibilidade de preço, devidamente identificado, que deverá ser entregue à comissão instituída pelo Secretário de Estado da Saúde do Amapá, na sala da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de

05 (cinco) dias úteis, juntamente com a documentação de habilitação, no endereço constante no Item 17.3 do presente Edital, para avaliação técnica de compatibilidade.

- a) Caso a equipe técnica julgue necessário, será solicitada amostra à empresa arrematante visando balizar a análise e o parecer definitivo;
- b) Caso o arrematante necessite de um prazo maior para entrega da amostra solicitada, o mesmo deverá registrar seu pedido de prorrogação do prazo, de forma fundamentada, no campo "MENSAGEM" do sistema *licitações-e*;
- c) O pregoeiro juntamente com a equipe técnica analisará a fundamentação apresentada e deferirá ou indeferirá o pedido no campo "MENSAGEM" do sistema *licitações-e*.

15.2. A licitante deverá apresentar os manuais/folder/prospectos, independentemente de já ter fornecido produto igual ou equivalente a esta SESA.

15.3. A manual/folder/prospectos deverá estar devidamente identificada com o nome da licitante, e se for o caso, dispor na embalagem e informações quanto suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo.

- a) Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.
- b) Caso as amostras ou manuais não sejam apresentadas no prazo estabelecido, a empresa será automaticamente desclassificada.

15.4. Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, desmontados, instalados, conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação.

15.5. Será rejeitada o manual/folder/prospecto que apresentar divergência em relação às especificações técnicas da proposta constantes no Termo de Referência e desclassificada a respectiva proposta;

15.6. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

15.7. Não será aceita a proposta da licitante que tiver manual/folder/prospecto/amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido.

15.8. Após a homologação do certame, a licitante terá 30 (trinta) dias para retirar a amostra no endereço onde foi entregue. Após esse prazo, não havendo retirada das amostras, essas serão descartadas.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1. Poderão participar deste Pregão os interessados no objeto desta licitação que comprovarem possuir os seguintes documentos:

16.2 Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade ou Documento de Identificação do representante legal da empresa.
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo com todas as suas alterações, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- d) Em se tratando de Procuradores ou Sócios, cópia da Procuração concedendo poderes para o (s) procurador (es).

- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Certidão de comprovação da condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), expedida pela Junta Comercial nos termos do art. 8º, da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, quando aplicável, ou o Modelo de Declaração Consolidada, Anexo IV;
- g) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99), Modelo constante no Anexo IV.

16.3. Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão fornecida pela Procuradoria Geral do Estado do Amapá – PGE, quando aplicável.
- e) Prova de regularidade Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa), emitida por órgão competente.
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme o Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, e Lei nº 12.440/2011.
- i) As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.4. Relativa à Qualificação Técnica:

- a) Apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido os produtos constantes do objeto desta licitação, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado devera ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, assinado e datado.
- b) Declaração, sob pena de desclassificação, de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, fornecida pela empresa e devidamente assinada pelo sócio, dirigente, proprietário ou procurador, Modelo do Anexo IV.
- c) Apresentar o Alvará Estadual e/ou Municipal do domicilio da empresa;

- d) Licença de Funcionamento da licitante, emitida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual da Sede da Licitante.
- e) Documento de comprovação dos registros do PRODUTO ou da dispensa do registro no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União - DOU com o registro vencido, documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo) juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro, quando aplicável.
- f) No caso de dispensa será exigida cópia do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária. Não serão aceitos número de protocolo de processo de solicitação de Registro/Isenção de Registro ou documento provisório para o mesmo fim.

16.5. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social e índices de liquidez, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial.
 - I. Para sociedades anônimas, cópia autenticada da publicação do balanço em diário oficial ou jornal de grande circulação da sede da licitante.

16.5.1. A boa situação financeira da empresa será comprovada através dos seguintes índices contábeis:

- a) Liquidez Geral = $\geq 1,0$
- b) Solvência Geral = $\geq 1,0$
- c) Liquidez Corrente = $\geq 1,0$
- d) Grau de Endividamentos = $\leq 1,0$

16.5.2. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memoriais de cálculos juntados ao balanço. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão ou a quem esta designar, reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

16.5.3. As empresas que apresentarem índices < 1 para os subitens 16.5.1 deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração no cumprimento das obrigações contratuais, patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, relativamente à data de apresentação da proposta, permitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

16.5.4. O Pregoeiro poderá verificar a autenticidade da documentação obrigatória, constante no item 14 deste Edital, enviada por e-mail e via correios, mediante consulta, nos sítios oficiais, na base de dados dos órgãos e entidades emissores de certidões, constituindo a verificação meio legal de prova, para fins de habilitação.

- a) Caso algum dos documentos de habilitação venha a perder a validade no curso da licitação, o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculta o § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade;
- b) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

16.5.5. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o Pregoeiro inabilitará a licitante.

16.5.6. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- a) A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativa de débito, ou positiva com efeito de negativa, vigente.
- b) O prazo previsto no item 16.5.6 poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e expressamente autorizado pela Administração.
- c) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação;
- d) Não serão aceitos documentos com a vigência vencida, ou qualquer tipo de protocolo, exceto se o edital permitir.

16.5.7. Também será inabilitado o licitante:

- a) Que não atender às condições deste Edital;
- b) Contra o qual venha a restar comprovado, ainda que posteriormente à fase de habilitação, fato com ela relacionado e ensejador de inabilitação.
- c) Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

17.1. Após o término do certame e encerrada a negociação de preço, quando houver, o Pregoeiro solicitará o envio da documentação de habilitação e a proposta ajustada, da licitante vencedora, a ser remetida para o endereço eletrônico cplsesa@gmail.com, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da solicitação do Pregoeiro, que se procederá via *chat* de comunicação no **licitacoes-e**.

17.1.1. A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado, observadas as especificações do ANEXO I do Termo de Referência.

17.2. O Pregoeiro também solicitará da licitante vencedora o encaminhamento da proposta ajustada ao lance final e dos documentos de habilitação em meio físico, para que sejam juntados aos autos do processo licitatório.

17.3. Os documentos físicos deverão ser entregues em originais ou cópias autenticadas em cartório, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação do Pregoeiro, via *chat* de comunicação do **licitacoes-e**, após o término do certame e negociação de preço, se houver. A documentação deverá ser endereçada à sala da CPL/SESA, conforme abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVENIDA: FAB Nº 69 - CENTRO MACAPÁ – AMAPÁ, CEP: 68900-073

Parecer Jurídico: 307/2017-PLCC/PGE/AP
Processo Administrativo: 304.16835/2014
Pregão Eletrônico: 085/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 085/2016- SESA
A/C PREGOEIRO ALYSSON SOUZA

- 17.4. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e obrigatoriamente, conter o número do CNPJ e o respectivo endereço;
- 17.5. Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 17.6. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;
- 17.7. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;
- 17.8. O descumprimento do prazo para encaminhamento da proposta e da documentação acarretará a inabilitação da licitante, salvo comprovado justo motivo, a que a licitante não tenha dado causa;
- 17.9. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por documentos extraviados, nem os que chegarem fora do prazo estabelecido, ocasião em que a licitante será inabilitada sendo convocada as licitantes remanescentes em ordem de classificação, se for o caso.

18. DO RECURSO E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

18.1. Após “Declarado Vencedor”, a partir da solicitação do Pregoeiro no *chat* de comunicação do *licitacoes-e*, será aberto o prazo de **00:30 (trinta minutos)**, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio (Intenção de Recurso) no sistema *licitacoes-e*, conforme art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02.

18.2. O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, em campo próprio do sistema.

18.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as **razões do recurso**, em campo próprio do sistema, no prazo de até **03 (três) dias**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem **contra razões**, também via sistema, **em igual prazo**, que começará a correr do término do prazo da licitante recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, conforme art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

18.4. O recurso deverá ser dirigido à Autoridade Competente, protocolizada perante o Pregoeiro;

18.5. O Pregoeiro, depois de examinar os Recursos e Impugnações terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para reformar ou manter sua decisão:

- a) Se o Pregoeiro reformar a decisão, o processo licitatório terá prosseguimento; ou
- b) Se o Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá encaminhar o processo à apreciação da Autoridade Competente, devidamente informado, com os fundamentos que motivaram o indeferimento do Recurso.

18.6. A Autoridade Competente, munida das informações prestadas pelo Pregoeiro poderá no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

- a) **ratificar** a decisão;
- b) **retificar** a decisão, proferindo nova decisão, modificando parcial ou totalmente seus fundamentos.

18.7. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica em decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

18.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo Pregoeiro, conforme estabelece o inciso IX do art. 11 do Decreto 5.450/2005, sempre que não houver recurso, e homologada pelo Secretário de Estado da Saúde, conforme inciso VI, do art. 8º do Decreto 5.450/2005.

19.2. Havendo recurso e se na decisão ficar constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório. (art. 27 do Decreto 5.450/2005).

20. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Homologado o resultado da licitação, o (s) fornecedor (es) mais bem classificado, será (ão) convocado (s) para assinar a Ata de Registro de Preço, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorram motivos justificados aceitos pela administração.

20.2. É facultado a administração, quando convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

20.3. A Ata de Registro de Preços, documento vinculativo, obrigacional, que representa o compromisso a ser firmado entre a Secretária de Estado da Saúde e a(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, será formalizada de acordo com o Anexo I e não será superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação incluindo suas prorrogações.

20.4. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar Ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

20.5. A critério da Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Amapá, obedecida à ordem de classificação, a(s) licitante(s) vencedora(s), cujo(s) preço(s) tenha(m) sido registrado(s) na Ata de Registro de Preços, será (ão) convocada(s) para retirar a nota de empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao Edital e à respectiva Ata.

20.6. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I deste Edital, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

20.7. A Secretaria de Estado da Saúde do Amapá não está obrigada, durante o prazo de validade do registro de preços decorrente deste certame, a firmar as contratações que dele poderão advir, podendo realizar licitações específicas para a aquisição pretendida, ficando assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.8. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a Secretaria de Estado da Saúde do Amapá, depois de realizada a licitação específica, constatar que

o preço obtido é igual ou maior que o registrado ou, após negociação, aquiescer o detentor da Ata em baixar o preço registrado, igualando ou tornando-o menor que o obtido em referida licitação.

20.9. Se a (s) licitante (s) vencedora (s) recusar (em)a assinar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa por escrito, aceita pelo Secretário (a), o Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no item 26 deste Edital e art. 81 da Lei nº 8.666/93, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, respeitado a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, declarar o respectivo licitante vencedor, celebrando com ele o compromisso representado pela assinatura da Ata de Registro de Preços.

20.10. Quanto ao quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado, independente da quantidade de órgãos participantes que promoverem a adesão.

20.11. Não está expressamente vedada à adesão a ata de registro de preço deste certame, conforme art. 22, § 1º da lei 8.666/93 decreto nº 7.892/2013.

21. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

21.1. Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto 5.450/2005:

- a) Coordenar o processo licitatório.
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração.
- c) Conduzir a sessão pública na internet.
- d) Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.
- e) Dirigir a etapa de lances.
- f) Verificar e julgar as condições de habilitação.
- g) Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- h) Indicar o vencedor do certame.
- i) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso.
- j) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio.
- k) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

21.2. Ao Secretário de Estado da Saúde cabe:

- a) Designar e solicitar, junto ao provedor do sistema, o credenciamento do Pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio.
- b) Indicar o provedor do sistema.
- c) Determinar a abertura do processo licitatório.
- d) Decidir os recursos contra atos do Pregoeiro quando este mantiver sua decisão.
- e) Adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso.
- f) Homologar o resultado da licitação.
- g) Celebrar o contrato.
- h) Anular o Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

- i) Revogar este Pregão se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

21.3. É facultado o Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

21.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada estão estabelecidas nos Itens 04 (quatro) e 05 (cinco) do Termo de Referência.

23. DO LOCAL, DO PRAZO E DO HORÁRIO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

23.1. O local, prazo e horário de entrega dos materiais estão previstos nos itens 08 (oito) e 09 (nove) do Termo de Referência.

24. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

24.1. O recebimento provisório e definitivo do material está previstos no item 09 (nove) do Termo de Referência.

25. DO PAGAMENTO

25.1. O pagamento será efetuado mensalmente, 30 (trinta) dias após a entrega dos equipamentos, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura discriminada em duas vias correspondente ao adimplemento de cada parcela do serviço efetivamente concluída ou entrega definitiva do equipamento. O pagamento será efetuado, através de ordem bancária, devendo para isso a CONTRATADA identificar na nota fiscal, o nome da empresa, banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

25.1.1. A Nota Fiscal deverá ser preenchida com os dados a seguir indicados:

Secretaria de Saúde do Estado do Amapá

CNPJ: 23.086.176/0001-03

Endereço: Avenida Fab – nº 69, Centro, Macapá - AP

CEP: 68.900-073

25.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

25.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos materiais empregados.

25.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

25.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

25.6. Antes de cada pagamento também será solicitado a Certidão Negativa de Dívida Ativa Estadual, emitida pela Procuradoria Geral do Estado do Amapá - PGE.

25.7. Constatando-se, junto da PGE, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

25.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

25.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

25.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a PGE.

25.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente com a PGE.

25.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

25.13. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

26. DAS PENALIDADES

26.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº. 5.450/2005 ficará impedida de licitar e contratar com o Governo do Estado do Amapá, e será descredenciado do cadastro de fornecedores do Governo do Estado do Amapá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a licitante adjudicatária que:

- a) Deixar de entregar documentação exigida neste Edital.
- b) Apresentar documentação falsa.
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.
- d) Não mantiver a proposta.
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
 - i. Para os fins deste item, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no art. 90, 92, 93, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.666/93
- g) Fizer declaração falsa.
- h) Cometer fraude fiscal.

26.2. A licitante estará sujeita à multa de 10 % (dez por cento) do valor contratado para a contratação quando incorrer em uma das hipóteses da condição anterior.

26.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 e alterações, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

26.3.1. Multa de:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado caso material seja entregue com atraso, limitada a 15 (quinze) dias. Após, o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- b) 5 % (cinco por cento) pela inexecução parcial do objeto sobre o valor total da Nota de Empenho.
- c) 10 % (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

26.3.2. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Governo do Estado do Amapá, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

26.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade. Neste caso será concedida a reabilitação sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos.

26.4. A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. As despesas para aquisição do objeto deste Edital ocorrerá à conta de recursos previstos no Orçamento da Secretaria Estadual da Saúde na Ação: 1056.27, Fonte: 216 e 101, Elemento de Despesa: 44.90.52, constante do exercício de 2017.

27.2. No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

28. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

28.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data e/ou horário marcado, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

28.2. A participação neste Pregão implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis;

28.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

28.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado o princípio da isonomia e do interesse público.

28.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

28.10. Este edital é instrumento de adesão, donde todos que participem estão automaticamente de acordo com suas condições

29. DOS ANEXOS

29.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência
- b) ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

- c) ANEXO III - Minuta do Contrato
- d) ANEXO IV – Modelo de Declaração Consolidada
- e) ANEXO V – Planilha de Cota Exclusiva
- f) ANEXO VI – Planilha de Cota Principal
- g) ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

30. DO FORO

30.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Macapá-AP, Seção Judiciária do Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Macapá, 27 de setembro de 2017.

Alysson Roberto Cassiano de Souza
Pregoeiro - SESA/AP
Portaria 0099/2017

ANEXO I

Aprovo e autorizo o Termo de Referência, na forma da Lei 10.520/02 e suas alterações.

Gastão Valente Calandrini de Azevedo
Secretário de Estado da Saúde
Decreto nº. 18/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

1.1 - O presente **Termo de Referência**, elaborado em acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 visa estabelecer os requisitos básicos norteadores para aquisição de **equipamentos e material permanente**, para o **HOSPITAL DE EMERGÊNCIA – HE** o qual integra a estrutura da Rede Estadual de Saúde do Estado do Amapá – AP, conforme proposta nº 23086.176000/1120-54 do Fundo Nacional de Saúde, proveniente de emenda parlamentar do deputado Bala Rocha, no valor de R\$ 6.410.464,00, conforme as especificações técnicas e detalhamentos contidos no anexo deste Termo de Referência.

2 – JUSTIFICATIVA:

2.1 – A saúde é um direito constitucional assegurado a todo cidadão, visando que essa necessidade é constante e com o aumento da população o Estado precisa acompanhar essa evolução, garantido um serviço com qualidade, também com a inovação tecnológica em constante avanço, se faz necessário a compra de novos equipamentos, os quais serão alocados no Hospital de Emergência para suprir a necessidade no que se refere ao atendimento de urgência e emergência.

2.2 – O presente Termo de Referência é objeto da Proposta 23086.176000/1120-54 do Fundo Nacional de Saúde - FNS, onde a descrição técnica dos equipamentos e materiais permanentes bem como o quantitativo são aprovados pelo Ministério da Saúde, cabendo a esta CAH apenas a formatação do termo.

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS, ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE CONTEMPLADOS E SUAS RESPECTIVAS QUANTIDADES:

3.1 - Os objetos deste termo de referência, estão descritos detalhadamente em características e quantitativo, nos **ANEXO I – EQUIPAMENTO/MATERIAL HOSPITALAR**.

3.2 - Os equipamentos ficarão no Hospital de Emergência – HE.

4 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

4.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, além das normas estabelecidas no Edital de licitação:

4.1.1 - A contratada se obriga a fornecer os materiais e/ou equipamentos e seus acessórios/componentes obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência.

4.1.2 - A Contratada, durante a vigência do respectivo Contrato, compromete-se a:

- a) **A Contratada, durante a vigência da garantia dos equipamentos, além de fornecer manual do usuário em língua portuguesa, se compromete a dar suporte e/ou orientações acerca dos equipamentos, sempre que a contratante julgar necessário.**
- b) A CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela SESA, representá-la na execução do Contrato, desde a entrega dos equipamentos, instalação, até na execução do serviço de treinamento (a Contratada deverá fornecer treinamento aos funcionários que irão operar os equipamentos, na ocasião da instalação destes. Devendo entregar Certificados de participação ao final do treinamento; e para tanto a Instituição entregará relação dos funcionários que irão participar do referido treinamento e a Contratada deverá estabelecer o período do mesmo) e manutenção dos equipamentos.
- c) A CONTRATADA se obriga a fazer a instalação, calibração, manutenção preventivo-corretiva e substituição de peças, acessórios/componentes (em casos de avaria do equipamento) dos equipamentos a serem instalados nas unidades de saúde enquanto no período de garantia acordada.
- d) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;
- e) Manter um número telefônico, para abertura de chamados para garantia e também para suporte dos equipamentos, disponível até o término do prazo de garantia do último equipamento instalado;
- f) Atender as demais condições descritas neste Termo de Referência;
- g) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- h) **Responsabilizar-se pelo fornecimento, entrega e instalação dos equipamentos, objeto do Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros;**
- i) Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas dos vários órgãos normatizadores e regulamentadores (ANVISA, ABNT, etc.) correspondentes às demandas descritas no Termo de Referência;
- j) Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do Contrato e também às demais informações internas da Contratante, a que a Contratada tiver conhecimento;

4.1.3 - A empresa deverá apresentar, no momento da entrega dos materiais, o Termo de Garantia

Integral emitido pelo fabricante de no mínimo 12 meses. E deverá se responsabilizar pelo custo dos deslocamentos do bem no caso de não ser oferecida assistência técnica no estado de origem no período da garantia;

4.1.4 - A empresa deverá apresentar a relação dos prestadores da assistência técnica autorizada em cada Estado e/ou por região, com endereço completo, telefone, Fax, CEP, e-mail, etc. e deverá informar o prazo médio para retirada e devolução do equipamento referente à prestação de assistência técnica fora do Estado de origem, no período da garantia de 12 meses;

4.1.5 - Substituir no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos todo e qualquer material e/ou equipamento que chegar com defeito ou que vier a apresentar durante seu uso normal o qual ocorrerá às expensas do fornecedor;

4.1.6 – Assumir todas as obrigações e compromissos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros, em razão ou não do objeto do Contrato;

4.1.7 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela SESA, durante a realização desta venda;

4.1.8 - Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

4.1.9 - A empresa adjudicatária deverá retirar a respectiva Nota de Empenho no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados da data de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93;

4.1.10 - A empresa vencedora não poderá transferir a terceiros no total ou parcialmente as obrigações assumidas no certame.

4.1.11 - Fica obrigatória para a contratada a manutenção/ ajuste pelo período da garantia estipulado, sob pena de suspensão do contrato por descumprimento das obrigações pertinentes.

5 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

5.1 - São obrigações da contratante, além das normas estabelecidas no Edital de licitação:

5.1.1 - Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos do edital, de sua proposta e de acordo com as cláusulas contratuais;

5.1.2 - Pagar à CONTRATADA o valor resultante na forma estabelecida no edital;

5.1.3 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

5.1.4 - Permitir ao pessoal DA CONTRATADA acesso ao local da entrega dos materiais, execução do serviço, instalação, observadas as normas de segurança;

5.1.5 - Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

5.1.6 - Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade ocorrida;

5.1.7 - Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato;

5.1.8 – Solicitar a substituição dos equipamentos que apresentarem defeito durante a entrega e a utilização;

5.1.9 – Atestar as faturas correspondentes, por intermédio do responsável da unidade, ou outro servidor ou comissão designados para esse fim;

5.1.10 - Promover, por intermédio do servidor ou Comissão designado na forma do art. 67 da Lei n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da

CONTRATADA. A existência de fiscalização da CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer serviço mal executado ou bem eivado de vício ou defeito.

6 - DA FISCALIZAÇÃO:

6.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos art.67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

6.2 – A entrega dos materiais será acompanhada e fiscalizada por servidores, na condição de representantes da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, os quais deverá atestar os documentos das despesas, quando comprovado o fiel e correto fornecimento dos equipamentos solicitados, para fins de pagamento;

6.3 - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão se prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a SESA;

6.4 – A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE poderá rejeitar no todo ou em parte os materiais fornecidos caso estejam em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, no respectivo edital;

6.5 – O(s) fiscal(is) também é responsável pelo Ateste final e recebimento definitivo;

6.3 - Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto contratado, a Secretaria de Estado da Saúde se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, cabendo-lhe:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições e condições avençadas no Edital, com seus Anexos, Contrato e Proposta da empresa, registrando todas as ocorrências relacionadas;
- b) Acompanhamento do serviço contratado e ateste das Notas Fiscais/Fatura;
- c) Checar o funcionamento dos equipamentos, informando a CONTRATADA a necessidade de manutenção nos mesmos, dentro do prazo de garantia acordado;

7 - DA NOTA FISCAL:

7.1 - A Contratada e/ou Comissão de Recebimento deverá apresentar junto a seção de patrimônio a nota fiscal da empresa, em duas vias no mínimo;

7.2 - A Nota Fiscal só será encaminhada para pagamento após o recebimento e o aceite completo dos produtos.

8 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

8.1 - Os prazos para entrega de todos os itens serão de 30 (trinta) dias úteis que serão contados a partir do recebimento pela Contratada da Nota de Empenho expedido pelo Departamento de Apoio Administrativo - DAA o qual deverá ser retirado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de convocação da empresa;

8.2 - Os materiais deverão ser entregues ao responsável pelo recebimento devidamente instituído para recebimento dos itens constantes nos anexos deste Termo, no almoxarifado da Secretaria de Estado da Saúde, sito à Avenida Raimundo Álvares da Costa – atrás do prédio do CREAP, ao lado do CIODS, bairro Centro, Macapá-AP, fone: (96) 3212-6108 em dias úteis, no horário de 8h30min às 12h00min e da 14h00min às 18h00min;

8.3 - Os materiais deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

8.4 - Os volumes contendo os materiais deverão estar identificados externamente com os dados constantes da nota fiscal/ fatura e o endereço de entrega;

8.5 - No caso de impossibilidade de entrega no prazo acima estipulado, a Contratada deverá comunicar por escrito ao Contratante e solicitar novo prazo discriminando a data da provável entrega, podendo a justificativa ser aceita ou não; caso não seja aceita incorrerá a Contratada às sanções previstas no edital e Lei n.º 8.666/93 e alterações;

8.6 - É de responsabilidade da Contratada o transporte dos produtos para os locais designados no tópico 8.2 deste Termo de Referência.

9 – DA ENTREGA E RECEBIMENTO:

9.1 - Do recebimento provisório:

9.1.1 - O recebimento provisório dar-se-á no local designado no Tópico 6.2, sem ônus de transporte/deslocamento para a SESA e acompanhados das respectivas Notas Fiscais;

9.1.2 - Após a entrega dos materiais pela CONTRATADA, a SESA/AP, através de seu responsável (servidor e/ou comissão técnica designada pela SESA/AP, juntamente com técnicos da(s) unidade(s) de saúde) submeterá os mesmos a verificação quanto às especificações constantes deste Anexo e Proposta. As verificações serão realizadas a critério desta Secretaria no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva entrega;

9.1.3 - Os materiais deverão ser entregues conforme descrito acima devidamente protegidos e embalados contra danos de transporte e manuseio, sem ônus de frete para o órgão, bem como deverão ser entregues acompanhados de documentação técnica completa necessária para instalação, configuração e utilização do mesmo e de todos os seus periféricos, além da disponibilização de *drivers* dos dispositivos, caso houver e informação referente ao número de Pregão eletrônico ou dispensa de licitação;

9.1.4 - No caso de constatada divergência entre os materiais entregues e os especificados na proposta e Anexo deste termo, a adjudicatária deverá substituir os mesmos em, no máximo, 10 (dez) dias, contados a partir da comunicação da recusa;

9.1.5 - A forma de recebimento dos produtos e será de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações;

9.2 - Do recebimento definitivo:

9.2.1 - O recebimento definitivo dar-se-á após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material pelo servidor ou comissão encarregada da fiscalização do contrato, completar-se-á após o ateste que será apostado no verso da Nota Fiscal;

9.2.2 - Nos casos de equipamentos mais complexos que seja necessária instalação e capacitação/treinamento (no prazo máximo de 20 dias), está será feita por representante apto da contratada, consistindo no recebimento definitivo, que completar-se-á após o ateste que será apostado no verso da Nota Fiscal;

9.2.3 - Serão devolvidos os produtos que não atenderem as especificações exigidas neste Termo de Referência;

9.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do produto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual;

9.4 - A Contratante se reserva do direito de solicitar Teste dos produtos por profissional capacitado.

10 - CONDIÇÕES DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

10.1 - A garantia dos materiais será de 12 (doze) meses, no mínimo, cujo prazo será contado a partir da data do recebimento definitivo;

10.2 - Todos os objetos entregues devem ser novos e de primeiro uso, sem qualquer processo de reforma ou reconicionados;

10.3 - Todos os produtos nacionais ou importados deverão ser ofertados, apresentados ou entregues contendo rótulos, manual, com todas as informações sobre os mesmos em Língua Portuguesa, nos termos do art. 31 do Código de Defesa do Consumidor;

10.4 - A garantia dos equipamentos será confirmada por documento hábil do fabricante de cada produto (Termo de Garantia) que deverá acompanhar a Nota Fiscal, sem qualquer ônus adicional para a SESA;

10.5 - O serviço de assistência técnica dentro do prazo de garantia deverá ser prestado mediante orientação e suporte técnico no local em que o material estiver, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a SESA;

10.6 - Entende-se por Assistência Técnica aquela destinada a remover os defeitos apresetnads pelos equipamentos, compreendendo a substituição de peças, ajustes, acessórios, reparos e correções necessárias ao seu perfeito funcionamento;

10.7 - Entende-se por Suporte Técnico aquele efetuado no local para solução de problemas de utilização dos equipamentos. Os chamados relativos a suporte técnico serão feitos pela unidade e/ou Divisão de Apoio Administrativo – DAA/SESA;

10.8 - Caso seja necessário enviar os equipamentos para um Centro de assistência técnica fora do Estado, à licitante vencedora deverá arcar com os custos de transporte, além daqueles relacionados com a manutenção dos materiais, assim como deverá comunicar a unidade de saúde, informando data prevista de devolução;

10.9 - No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE;

10.10 - Para os equipamentos entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os equipamentos estiverem operacionais conforme exigido por este Termo de Referência, e as demais funcionalidades idênticas às das instaladas em fábrica.

11 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

11.1 - As propostas deverão ser apresentadas contendo as especificações dos equipamentos ofertados, a fim de possibilitar a sua identificação no ato da licitação e subsidiar a análise das propostas apresentadas.

11.2 - Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na Internet, em que conste o respectivo endereço eletrônico.

11.3 - A escolha do equipamento a ser apresentado fica a critério do proponente.

11.4 - Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para homologação.

11.5 - A adjudicação será efetuada por item ao licitante vencedor.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a licitante e a adjudicatária que:

12.1.1 Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2 Deixar de entregar documentação exigida neste Edital;

12.1.3 Apresentar documentação falsa;

12.1.4 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

12.1.5 Não mantiver a proposta;

12.1.6 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.8 Fizer declaração falsa;

12.1.9 Cometer fraude fiscal;

12.2 - A licitante estará sujeita à multa de 10 (dez) por cento do valor contratado quando incorrer em uma das hipóteses da condição anterior;

12.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

12.3.1 - multa de:

a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado caso o material seja entregue com atraso, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo-quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer ou não - aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 10 % (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA		
EQUIPAMENTO/MATERIAL HOSPITALAR		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1.	<p>Arco Cirúrgico: Gerador mínimo de 60 KHz de alta frequência de conversão com potência nominal mínima do gerador 15 kW. Possuir tubo de Raios-X anodo rotativo. Possuir Intensificador de Imagem Modo triplo 9" polegadas, composto por Braço em C e Estação de Visualização Móvel. Possuir Gerador controlado por microprocessador, possuir unidade de exposição contrabalançada para fácil posicionamento, possibilitar Exibição digital em tempo real, Possuir Pedal de freio para travar a unidade na posição de operação. Ter alta penetração automática, Permitir conexão com qualquer tomada aterrada, ter Modo de aquisição pulsada, Modo de fluoroscopia pulsada, permitir ajuste de parâmetros de fluoroscopia automaticamente, c/proteção automática contra sobrecargas, c/obturadores q/possam ser girados e movidos independentemente; possuir Filtro de raio de 0.1 mm Cu; possuir Obturadores e Íris q/possam ser ajustados. Ter colimador de Íris q/limite o feixe de raios X ao campo de visão real do intensificador de imagens. Possibilitar o posicionamento automático dos obturadores de acordo com a região de interesse. Braço C Móvel Compacto, contrabalançado propicia todas as projeções necessárias, Rotação mínima de 115°, c/fácil e preciso posicionamento e condução sobre rodas. Possuir Fonte para Distancia de Imagem de aproximadamente 100 cm. Possuir pedal, botão de mão e indicador de radiação, Controle Remoto. Possuir Sistema de Imagem 9" modo triplo, Grade de fibra de carbono, Rotação digital refletindo para cima/para baixo/direita e esquerda, Imagem através de toda a extensão da imagem. Possuir modo de Raios-X com baixa dose de fluoroscopia com Last Image Hold. Alta definição de Fluoroscopia com Last Image Hold. Fluoroscopia real pulsada (12.5 pulsos/segundo) propiciando baixa dose e livre de distorção de movimento. Possuir exposição digital para imagens de qualidade de diagnóstico e propósito de arquivo. Possuir modo radiográfico para exposição em cassette. Captura de Imagem. Processamento de Imagem digital em combinação com o processamento de algoritmo de imagem, possuir Processador pipeline dedicado de 12 bit por imagem, Filtro de ruído integrado, 2D em tempo real de aprimoramento das margens, contraste e controle de brilho, Anotação. Imagem estendida pós-processamento até 200% de magnificação em tempo real em qualquer seção da imagem; 02 monitores de LCD dimensão mínima 18" polegadas, definição e resolução mínima 1280x1024 pixels, câmera ccd com resolução mínima 512 linhas horizontais. Possuir obturador eletrônico para bloquear super exposição de áreas da imagem. Possuir estação de Visualização Móvel compatível com o equipamento; Monitor mínimo 18" com alta qualidade de imagem, que permita fixação em braço flexível. Controle Remoto q/permite o controle das principais funções de imagem. Acompanhado de software compatível com o equipamento, com exportação de imagens e informações via protocolo DICOM. Que os dados criados na modalidade imagem nuclear correspondam aos estudos gravados e agendados no RIS. Possuir Anodo giratório de no mínimo 15KW/300KHU (ou superior) de capacidade térmica. Possuir Indicadores visuais Valor selecionado para MA, valor selecionado p/KV, valor selecionado MAS (corrente x Tempo). Ajuste de KV, MA, MAS (corrente X tempo), tempo.</p>	01

<p>2.</p>	<p>Auto Clave Hospitalar Horizontal: Capacidade Mínima de 200 litros. Câmara interna em aço inoxidável AISI-316L ou qualidade superior; Câmara externa em aço inoxidável AISI-304 ou superior; O isolamento térmico em fibra mineral, lã de rocha ou de vidro, revestimento externo aço inoxidável; Câmara interna com uma entrada independente, que permita o alojamento de sensores de qualificação; Tubulações e Conexões em aço inoxidável em AISI-316L ou superior. Possuir uma porta, tipo guilhotina, com abertura e fechamento por sistema de elevação vertical, e com travamento automático; A porta deverá ser paredes externas em aço inoxidável AISI-304 ou superior, paredes internas deverá ser confeccionada em aço inoxidável AISI-316L ou superior; o sistema de vedação da porta deverá ser realizado através de guarnição de silicone pressurizada por ar comprimido; Gerador de vapor elétrico trifásico, montado dentro do gabinete; Abastecimento de água automático, através de bomba centrífuga; Resistências elétricas blindadas em aço inoxidável; Câmara interna em aço inoxidável AISI-316L ou superior; Equipado com manômetro e válvula de segurança em aço inoxidável; Válvulas de Comando: deve ser independentes, acionamento pneumático tipo pistão; sistemas de segurança; Comando automático, microprocessado, com programação flexível, composto de: Unidade de controle microprocessada, Sistema de controle da pressão da câmara externa por transdutor de pressão, Sistema Controle de Pressão / Vácuo da Câmara Interna por transdutor de pressão, Sistema Controle de Temperatura na Câmara Interna Eletrônico; Sistema de Indicação de temperatura interna digital, Comando deve permitir as operações: Escolha do ciclo de trabalho para esterilização de líquido, instrumentais, borracha, tecido, teste de hermeticidade e outros, permitir o ajuste da temperatura com faixa mínima de abrangência variando 121°C á 134°C e do tempo de esterilização, Programação mínima dos seguintes parâmetros dos ciclos de esterilização, Programa Bowie & Dick, Dispositivo para disparar o ciclo; Programa Líquidos; Programa teste de hermeticidade; Programa ciclo Flash. Ciclos de esterilização usos gerais recomendados, especialmente para materiais têxteis ou outros materiais com pontos críticos de penetração de vapor, O ciclo disponibilizado em memória deverá possuir as características funcionais: Remoção de ar, pulsante, Esterilização, Secagem, Aeração com ar estéril, Final do ciclo. Impressora para registro de: Tempos de operação, Ciclos, Fases do ciclo, Temperaturas, Pressões, Data e hora, Falhas no processo, Interrupção do ciclo; Bomba de vácuo, com selo de anel líquido, montada dentro do gabinete da Autoclave, Capacidade de atingir mínimo 55mmhg de pressão de vácuo, com temperatura água a 25°C. Válvula de segurança em aço inoxidável com alavanca e com acionamento por gatilho interna, externa e gerador de Vapor. O comando deverá ter as condições mínimas de segurança, Indicação no diplay e ou tela touch screen de falha, registro impresso da mesma e alarme luminoso e sonoro de pane no processo de esterilização. O equipamento deverá possuir dispositivo de emergência para bloqueio de todas as funções; Rack construído em aço inoxidável AISI-316 ou superior. 03 (três) Carros para transporte do rack, construído em aço inoxidável AISI-316 ou superior, com puxador e quatro rodízios (02 giratórios e 02 fixos), 03 (três) unidades. 02 (dois) Cestos aramados em aço inoxidável em AISI-316. Sistema Purificador de água por Osmose Reversa possuindo Sistema de tratamento de água por Osmose Reversa, com produção de pelo menos 16 litros/h composto por</p>	<p>01</p>
-----------	--	-----------

	três pré-filtros e reservatório de água compatível com o consumo da autoclave; Compressor com capacidade para atender a demanda de ar comprimido.	
3.	Impressora Dry Raio X: Impressora Dry pra impressão de filmes radiológicos que possibilite formatos (20x25 cm, 25x30 cm, 28x35 cm, 35x35 cm, 35x43 cm), com 03 bandejas de entrada para pelo menos 100 filmes cada, que possa permitir 03 formatos simultâneos de filme on-line e compatível com filmes para mamografia. Que permita carregamento do filme a luz do dia. Com Resolução mínima de 500 dpi. Possuir capacidade de processamento mínima de 100 filmes 35x43 por hora. Possuir Impressão seca. Que permita tempo máximo de acesso à primeira impressão (35x43cm) de aproximadamente 75 segundos. Permitir conexão em rede. Alimentação elétrica: 100 - 240 V - 50/60 Hz. Acompanhar no mínimo 100 unidades de cada formato de filme listado acima e que seja compatível com o equipamento. Resolução impressão mínima de 300 ppi, possuir contraste mínimo de 12 bits, disponibilizar acesso através REDE, possuir protocolo DICOM.	01
4.	Seladora: Sendo tipo manual/mesa, sistema de selagem de solda dupla inferior em níquel cromo, área de selagem de 350 mm, largura: 360 mm; altura: 350 mm e profundidade: 250 mm. Revestido em teflon, pintura eletrostática, acionado manualmente, através de um puxador sobre o quadro superior; controle de temperatura digital, aquecimento instantâneo, temporizador para efetivo controle do tempo de selagem.	02

Macapá/AP, 11 de agosto de 2017.

LUÍZA SILVA GONÇALVES DE PAULA
Assessora Técnica – CAH/TR

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO nº 085/2016

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____

CGC/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____ **Fone/Fax)** _____

CONTA CORRENTE Nº: _____ **BANCO:** _____ **AGÊNCIA Nº:** _____

DADOS DO REPRESENTANTE PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

REPRESENTANTE: _____

CPF Nº: _____

CI Nº: _____

Apresentamos nossa proposta para o contrato que tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDER O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA (PRONTO SOCORRO GERAL), visando atender as necessidades desta Secretaria Estadual da Saúde, com propósito de atender a Proposta Nº 23.086.176000/1120-54, aprovada pelo Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde - Governo Federal, de acordo com as características contidas no Termo de Referência e seu Anexo, do **Processo nº 304.16835/2014-SESA/AP**, acatando todas as estipulações consignadas no **Edital nº 085/2016-SESA/AP**, conforme abaixo:

COTA EXCLUSIVA						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE/REGISTRO ANVISA	UND.	QTD.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
TOTAL DA COTA						

COTA PRINCIPAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE/REGISTRO ANVISA	UND.	QTD.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
TOTAL DA COTA						

VALIDADE DA PROPOSTA: ____ DIAS (no mínimo de 90 dias a contar da data de sua apresentação)

Obs.: Este documento deverá ser emitido em papel (timbrado), que identifique à licitante.

Declaramos que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, sendo quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente

cotados, considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicional.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura e carimbo do Representante Legal da Empresa

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 085/2016– SESA

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM NA FORMA E NAS CONDIÇÕES SEGUINTEs, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO AMAPÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E DE OUTRO COMO CONTRATADA, A EMPRESA.....

O **ESTADO DO AMAPÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta Capital, através da Secretaria Estadual de Saúde, inscrita no CNPJ, sob o nº 23.086.176/0001-03, pelo Excelentíssimo (a) Senhor (a) Secretário (a) da Saúde, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), residente e domiciliado (a) nesta capital, nomeado (a) Secretário (a) da Saúde, pelo Decreto Governamental de nº. xxxxxxxx, publicado no Diário Oficial do Estado nº. xxxxxxxx, de xx de xxxxxxxx de xxxx, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa Pessoa Jurídica de direito privado, com sede e foro, na inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual sob nº doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu titular, o (a) Sr.(a), brasileiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade nº....., CPF nº....., resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente a Lei nº 10.520/2002, Decretos Federais 5.450/05 e 7.892/2013 e suas alterações, Decreto Estadual 3.182/2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por aquisição de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDER O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA (PRONTO SOCORRO GERAL)**, visando atender as necessidades desta Secretaria Estadual da Saúde, com propósito de atender a Proposta Nº 23.086.176000/1120-54, aprovada pelo Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde - Governo Federal, de acordo com as características contidas no Termo de Referência e seu Anexo, decorrentes do Pregão Eletrônico nº **085/2016**, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência e Anexos do setor requisitante.

PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A aquisição deste Contrato as quantidades e observações constantes do Objeto da Licitação do Pregão Eletrônico nº **85/2016**, conforme **Processo nº 304.16835/2014** parte integrante deste Contrato, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência do órgão requisitante.

COTA EXCLUSIVA						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE/REGISTRO ANVISA	UND.	QTD.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
TOTAL DA COTA						

COTA PRINCIPAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE/REGISTRO ANVISA	UND.	QTD.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
TOTAL DA COTA						

(AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO CONTRATADO SERÃO INSERIDAS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, COM BASE NA PROPOSTA DA EMPRESA VENCEDORA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Subcláusula Primeira. As despesas para aquisição do objeto deste Edital ocorrerá à conta de recursos previstos no Orçamento da Secretaria Estadual da Saúde na Ação: 1056.27, Fonte: 216 e 101, Elemento de Despesa: 44.90.52, constante do exercício de 2017.

Subcláusula Segunda. No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Subcláusula Primeira. Atribui-se ao presente contrato o valor global de R\$......(.....).

Subcláusula Segunda. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais incidentes, as despesas decorrentes da execução do objeto, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Subcláusula Primeira. O pagamento será efetuado mensalmente, 30 (trinta) dias após a entrega dos equipamentos, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura discriminada em duas vias correspondente ao adimplemento da obrigação assumida e o recebimento definitivo. O pagamento será efetuado, através de ordem bancária, devendo para isso a **CONTRATADA** identificar na nota fiscal, o nome da empresa, banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, conforme disponibilidade numerária.

A Nota Fiscal deverá ser preenchida com os dados a seguir indicados:

Secretaria da Saúde do Estado do Amapá

CNPJ: 23.086.176/0001-03

Endereço: Avenida Fab – nº 69, Centro, Macapá – AP CEP: 68.900-073

Subcláusula Segunda. A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.

Subcláusula Terceira. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora na ausência superveniente de requisitos de habilitação, tais como:

Subcláusula Quarta. Certidão Negativa da Procuradoria Fiscal – PGE/AP;

Subcláusula Quinta. Comprovação de regularidade junto a Receita Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;

Subcláusula Sexta. Atestação de conformidade da entrega do(s) equipamentos(s);

Subcláusula Sétima. Cumprimento das obrigações contratuais assumidas;

Subcláusula Oitava. É imprescindível a manutenção de todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, por parte da licitante vencedora, durante a vigência do contrato oriunda deste pregão.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O prazo de vigência deste Contrato terá início a partir da data de sua assinatura, e será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Subcláusula Primeira. Não será admitida a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Subcláusula Primeira. São obrigações da CONTRATADA, além das normas estabelecidas no Edital de licitação:

Subcláusula Segunda. A contratada se obriga a fornecer os materiais e/ou equipamentos e seus acessórios/componentes obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência.

Subcláusula Terceira. A Contratada, durante a vigência do respectivo Contrato, compromete-se a:

- a) A Contratada, durante a vigência da garantia dos equipamentos, além de fornecer manual do usuário em língua portuguesa, se compromete a dar suporte e/ou orientações acerca dos equipamentos, sempre que a contratante julgar necessário.
- b) A CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela SESA, representá-la na execução do Contrato, desde a entrega dos equipamentos, instalação, até na execução do serviço de treinamento (a Contratada deverá fornecer treinamento aos funcionários que irão operar os equipamentos, na ocasião da instalação destes. Devendo entregar Certificados de participação ao final do treinamento; e para tanto a Instituição entregará relação dos funcionários que irão participar do referido treinamento e a Contratada deverá estabelecer o período do mesmo) e manutenção dos equipamentos.
- c) A CONTRATADA se obriga a fazer a instalação, calibração, manutenção preventivo-corretiva e substituição de peças, acessórios/componentes (em casos de avaria do equipamento) dos equipamentos a serem instalados nas unidades de saúde enquanto no período de garantia acordada.
- d) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;
- e) Manter um número telefônico, para abertura de chamados para garantia e também para suporte dos equipamentos, disponível até o término do prazo de garantia do último equipamento instalado;
- f) Atender as demais condições descritas neste Termo de Referência;
- g) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- h) Responsabilizar-se pelo fornecimento, entrega e instalação dos equipamentos, objeto do Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros;

- i) Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas dos vários órgãos normatizadores e regulamentadores (ANVISA, ABNT, etc.) correspondentes às demandas descritas no Termo de Referência;
- j) Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do Contrato e também às demais informações internas da Contratante, a que a Contratada tiver conhecimento;

Subcláusula Quarta. A empresa deverá apresentar, no momento da entrega dos materiais, o Termo de Garantia Integral emitido pelo fabricante de no mínimo 12 meses. E deverá se responsabilizar pelo custo dos deslocamentos do bem no caso de não ser oferecida assistência técnica no estado de origem no período da garantia;

Subcláusula Quinta. A empresa deverá apresentar a relação dos prestadores da assistência técnica autorizada em cada Estado e/ou por região, com endereço completo, telefone, Fax, CEP, e-mail, etc. e deverá informar o prazo médio para retirada e devolução do equipamento referente à prestação de assistência técnica fora do Estado de origem, no período da garantia de 12 meses;

Subcláusula Sexta. Substituir no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos todo e qualquer material e/ou equipamento que chegar com defeito ou que vier a apresentar durante seu uso normal o qual ocorrerá às expensas do fornecedor;

Subcláusula Sétima. Assumir todas as obrigações e compromissos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros, em razão ou não do objeto do Contrato;

Subcláusula Oitava. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela SESA, durante a realização desta venda;

Subcláusula Nona. Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

Subcláusula Décima. A empresa adjudicatária deverá retirar a respectiva Nota de Empenho no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados da data de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93;

Subcláusula Décima Primeira. A empresa vencedora não poderá transferir a terceiros no total ou parcialmente as obrigações assumidas no certame.

Subcláusula Décima Segunda. Fica obrigatória para a contratada a manutenção/ ajuste pelo período da garantia estipulado, sob pena de suspensão do contrato por descumprimento das obrigações pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Subcláusula Primeira. São obrigações da contratante, além das normas estabelecidas no Edital de licitação:

- a) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos do edital, de sua proposta e de acordo com as cláusulas contratuais;
- b) Pagar à CONTRATADA o valor resultante na forma estabelecida no edital;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- d) Permitir ao pessoal DA CONTRATADA acesso ao local da entrega dos materiais, execução do serviço, instalação, observadas as normas de segurança;
- e) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- f) Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade ocorrida;
- g) Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato;
- h) Solicitar a substituição dos equipamentos que apresentarem defeito durante a entrega e a utilização;
- i) Atestar as faturas correspondentes, por intermédio do responsável da unidade, ou outro servidor ou comissão designados para esse fim;
- j) Promover, por intermédio do servidor ou Comissão designado na forma do art. 67 da Lei n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA. A existência de fiscalização da CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer serviço mal executado ou bem eivado de vício ou defeito.

CLÁUSULA NONA – DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

Subcláusula Primeira. Os materiais deverão ser entregues ao responsável pelo recebimento devidamente instituído para recebimento dos itens constantes nos anexos deste Termo, no almoxarifado da Secretaria de Estado da Saúde, sito à Avenida Raimundo Alvares da Costa – atrás do prédio do CREAP, ao lado do CIODS, bairro Centro, Macapá-AP, fone: (96) 3212-6108 em dias úteis, no horário de 8h30min as 12h00min e da 14h00min às 18h00min;

Subcláusula Segunda. Os materiais deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

Subcláusula Terceira. Os volumes contendo os materiais deverão estar identificados externamente com os dados constantes da nota fiscal/fatura e o endereço de entrega;

Subcláusula Quarta. É de responsabilidade da Contratada o transporte dos produtos para os locais designados no tópico 8.2 deste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

Subcláusula Primeira. Os prazos para entrega de todos os itens serão de 30 (trinta) dias úteis que serão contados a partir do recebimento pela Contratada da Nota de Empenho expedido pelo Departamento de Apoio Administrativo - DAA o qual deverá ser retirado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de convocação da empresa;

Subcláusula Segunda. No caso de impossibilidade de entrega no prazo acima estipulado, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao Contratante, podendo a justificativa se aceita ou não; caso não aceite incorrerá a CONTRATADA às sanções previstas no Edital e Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Subcláusula Terceira. Do recebimento provisório:

- a) O recebimento provisório dar-se-á no local designado no Tópico 6.2, sem ônus de transporte/deslocamento para a SESA e acompanhados das respectivas Notas Fiscais;
- b) Após a entrega dos materiais pela CONTRATADA, a SESA/AP, através de seu responsável (servidor e/ou comissão técnica designada pela SESA/AP, juntamente com técnicos da(s) unidade(s) de saúde) submeterá os mesmos a verificação quanto às especificações constantes deste Anexo e Proposta. As verificações serão realizadas a critério desta Secretaria no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva entrega;
- c) Os materiais deverão ser entregues conforme descrito acima devidamente protegidos e embalados contra danos de transporte e manuseio, sem ônus de frete para o órgão, bem como deverão ser entregues acompanhados de documentação técnica completa necessária para instalação, configuração e utilização do mesmo e de todos os seus periféricos, além da disponibilização de *drivers* dos dispositivos, caso houver e informação referente ao número de Pregão eletrônico ou dispensa de licitação;
- d) No caso de constatada divergência entre os materiais entregues e os especificados na proposta e Anexo deste termo, a adjudicatária deverá substituir os mesmos em, no máximo, 10 (dez) dias, contados a partir da comunicação da recusa;
- e) A forma de recebimento dos produtos e será de acordo com a Lei n.º 8.666/93 e alterações;

Subcláusula Quarta. Do recebimento definitivo:

- a) O recebimento definitivo dar-se-á após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material pelo servidor ou comissão encarregada da fiscalização do contrato, completar-se-á após o ateste que será apostado no verso da Nota Fiscal;
- b) Nos casos de equipamentos mais complexos que seja necessária instalação e capacitação/treinamento (no prazo máximo de 20 dias), esta será feita por representante apto da contratada, consistindo no recebimento definitivo, que completar-se-á após o ateste que será apostado no verso da Nota Fiscal;
- c) Serão devolvidos os produtos que não atenderem as especificações exigidas neste Termo de Referência;

- d) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do produto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual;
- e) A Contratante se reserva do direito de solicitar Teste dos produtos por profissional capacitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

Subcláusula Primeira. A garantia dos materiais será de 12 (doze) meses, no mínimo, cujo prazo será contado a partir da data do recebimento definitivo;

Subcláusula Segunda. Todos os objetos entregues devem ser novos e de primeiro uso, sem qualquer processo de reforma ou reconicionados;

Subcláusula Terceira. Todos os produtos nacionais ou importados deverão ser ofertados, apresentados ou entregues contendo rótulos, manual, com todas as informações sobre os mesmos em Língua Portuguesa, nos termos do art. 31 do Código de Defesa do Consumidor;

Subcláusula Quarta. A garantia dos equipamentos será confirmada por documento hábil do fabricante de cada produto (Termo de Garantia) que deverá acompanhar a Nota Fiscal, sem qualquer ônus adicional para a SESA;

Subcláusula Quinta. O serviço de assistência técnica dentro do prazo de garantia deverá ser prestado mediante orientação e suporte técnico no local em que o material estiver, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a SESA;

Subcláusula Sexta. Entende-se por Assistência Técnica aquela destinada a remover os defeitos apresetnads pelos equipamentos, compreendendo a substituição de peças, ajustes, acessórios, reparos e correções necessárias ao seu perfeito funcionamento;

Subcláusula Sétima. Entende-se por Suporte Técnico aquele efetuado no local para solução de problemas de utilização dos equipamentos. Os chamados relativos a suporte técnico serão feitos pela unidade e/ou Divisão de Apoio Administrativo – DAA/SESA;

Subcláusula Oitava. Caso seja necessário enviar os equipamentos para um Centro de assistência técnica fora do Estado, à licitante vencedora deverá arcar com os custos de transporte, além daqueles relacionados com a manutenção dos materiais, assim como deverá comunicar a unidade de saúde, informando data prevista de devolução;

Subcláusula Nona. No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE;

Subcláusula Décima. Para os equipamentos entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os equipamentos estiverem operacionais conforme exigido por este Termo de Referência, e as demais funcionalidades idênticas às das instaladas em fábrica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS MATERIAIS

Subcláusula Primeira. Os materiais serão recebidos por comissão técnica designada pela Secretaria de Estado da Saúde do Amapá, por meio da Coordenadoria de Assistência Hospitalar - CAH, que verificará a sua

conformidade com as especificações exigidas neste Edital e no Termo de Referência, bem como as normas do fabricante.

Subcláusula Segunda. Provisoriamente, para efeito para posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

Subcláusula Terceira. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Subcláusula Primeira. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, **poderá** ensejar a rescisão do contrato, assim como, o não cumprimento pela Contratada dos termos e condições estabelecidos neste contrato implicará na sua rescisão, aplicando-se as penalidades previstas nos arts. 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e demais leis vigentes pertinentes à matéria, sem prejuízo da multa estipulada na Cláusula Décima, acrescida de perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

Subcláusula Primeira. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração, em casos de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Subcláusula Primeira. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os documentos adiante enumerados e constantes do **Processo nº 304.16835/2014-SESA-AP**.

- a) Edital de **Pregão Eletrônico nº. 085/2016-SESA/AP**.
- b) Termo de Referência e seus Anexos.
- c) Proposta e demais documentos apresentados pela **CONTRATADA** conforme as especificações do Edital e do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉXTA - DAS SAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Subcláusula Primeira. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº. 5.450/2005 ficará impedida de licitar e contratar com o Governo do Estado do Amapá, e será descredenciada do cadastro de fornecedores do Governo do Estado do Amapá, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido contraditório e ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a licitante adjudicatária que:

- a) Deixar de entregar documentação exigida neste Edital;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

- d) Não manter a proposta;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Cometer fraude fiscal;

Subcláusula Segunda. A licitante estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor contratado para a contratação quando incorrer em uma das hipóteses da condição anterior;

Subcláusula Terceira. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 e alterações, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

I) multa de:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado caso material seja entregue com atraso, limitada a 15 (quinze) dias. Após, o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 5% (cinco por cento) pela inexecução parcial do objeto sobre o valor total da Nota de Empenho;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

II) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Governo do Estado do Amapá, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

a) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade. Neste caso será concedida a reabilitação sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos;

Subcláusula Quarta. A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Subcláusula Primeira. Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do Contrato, suas Cláusulas, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Subcláusula Primeira. A **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE** providenciará a publicação deste instrumento de Contrato por extrato no Diário Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, conforme determina o art. 61, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Subcláusula Primeira .Fica eleito o foro da Capital do Estado do Amapá – Vara da Fazenda Pública, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quais quer questões fundadas neste Contrato. E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes **CONTRATANTES**.

Macapá-AP, xx de xxxxxxxx de xxxx.

SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO AMAPÁ
CONTRATANTE

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:
R.G.

Nome:
CPF:
R.G.

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO nº 085/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

A (nome da empresa), pessoa jurídica de direito (público ou privada), inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0000-00, com sede à (endereço), neste ato representado (a) pelo (a) Sr (a) (sócio ou procurador com sua qualificação, identidade, CPF e endereço), doravante denominado (a) licitante, declara a Secretaria de Estado da Saúde do Amapá, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que:

1. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
2. Que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei n.º 9.854/99);
3. Ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do Art.3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, quando aplicável;
4. Que a proposta apresentada para participar do Pregão supramencionado foi elaborada de maneira independente pela licitante;
5. Que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou qualquer pessoa, antes da homologação do certame;
6. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão;
7. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data,

Assinatura do Sócio ou Procurador (*).

(*) A assinatura aposta na declaração deverá guardar semelhança com o documento de identificação apresentado ou possuir reconhecimento de firma em cartório.

Observação: emitir em papel (timbrado) que identifique a entidade expedidora.

ANEXO V – COTA EXCLUSIVA

Itens	Nome do equipamento/Especificação	Quant.	Valor Unit.
01	<p>Impressora Dry Raio X: Impressora Dry pra impressão de filmes radiológicos que possibilite formatos (20x25 cm, 25x30 cm, 28x35 cm, 35x35 cm, 35x43 cm), com 03 bandejas de entrada para pelo menos 100 filmes cada, que possa permitir 03 formatos simultâneos de filme on-line e compatível com filmes para mamografia. Que permita carregamento do filme a luz do dia. Com Resolução mínima de 500 dpi. Possuir capacidade de processamento mínima de 100 filmes 35x43 por hora. Possuir Impressão seca. Que permita tempo máximo de acesso à primeira impressão (35x43cm) de aproximadamente 75 segundos. Permitir conexão em rede. Alimentação elétrica: 100 - 240 V - 50/60 Hz. Acompanhar no mínimo 100 unidades de cada formato de filme listado acima e que seja compatível com o equipamento. Resolução impressão mínima de 300 ppi, possuir contraste mínimo de 12 bits, disponibilizar acesso através REDE, possuir protocolo DICOM.</p>	01	
02	<p>Seladora: Sendo tipo manual/mesa, sistema de selagem de solda dupla inferior em níquel cromo, área de selagem de 350 mm, largura: 360 mm; altura: 350 mm e profundidade: 250 mm. Revestido em teflon, pintura eletrostática, acionado manualmente, através de um puxador sobre o quadro superior; controle de temperatura digital, aquecimento instantâneo, temporizador para efetivo controle do tempo de selagem.</p>	02	

ANEXO VI – COTA PRINCIPAL

Itens	Nome do equipamento/Especificação	Quant.	Valor Unit.
03	<p>Arco Cirúrgico: Gerador mínimo de 60 KHz de alta frequência de conversão com potência nominal mínima do gerador 15 kW. Possuir tubo de Raios-X anodo rotativo. Possuir Intensificador de Imagem Modo triplo 9” polegadas, composto por Braço em C e Estação de Visualização Móvel. Possuir Gerador controlado por microprocessador, possuir unidade de exposição contrabalançada para fácil posicionamento, possibilitar Exibição digital em tempo real, Possuir Pedal de freio para travar a unidade na posição de operação. Ter alta penetração automática, Permitir conexão com qualquer tomada aterrada, ter Modo de aquisição pulsada, Modo de fluoroscopia pulsada, permitir ajuste de parâmetros de fluoroscopia automaticamente, c/proteção automática contra sobrecargas, c/obturadores q/possam ser girados e movidos independentemente; possuir Filtro de raio de 0.1 mm Cu; possuir Obturadores e Íris q/possam ser ajustados. Ter colimador de íris q/limite o feixe de raios X ao campo de visão real do intensificador de imagens. Possibilitar o posicionamento automático dos obturadores de acordo com a região de interesse. Braço C Móvel Compacto, contrabalançado propicia todas as projeções necessárias, Rotação mínima de 115°, c/fácil e preciso posicionamento e condução sobre rodas. Possuir Fonte para Distancia de Imagem de aproximadamente 100 cm. Possuir pedal, botão de mão e indicador de radiação, Controle Remoto. Possuir Sistema de Imagem 9” modo triplo, Grade de fibra de carbono, Rotação digital refletindo para cima/para baixo/direita e esquerda, Imagem através de toda a extensão da imagem. Possuir modo de Raios-X com baixa dose de fluoroscopia com Last Image Hold. Alta definição de Fluoroscopia com Last Image Hold. Fluoroscopia real pulsada (12.5 pulsos/segundo) propiciando baixa dose e livre de distorção de movimento. Possuir exposição digital para imagens de qualidade de diagnóstico e propósito de arquivo. Possuir modo radiográfico para exposição em cassette. Captura de Imagem. Processamento de Imagem digital em combinação com o processamento de algoritmo de imagem, possuir Processador pipeline dedicado de 12 bit por imagem, Filtro de ruído integrado, 2D em tempo real de aprimoramento das margens, contraste e controle de brilho, Anotação. Imagem estendida pós-processamento até 200% de magnificação em tempo real em qualquer seção da imagem; 02 monitores de LCD dimensão mínima 18” polegadas, definição e resolução mínima 1280x1024 pixels, câmera ccd com resolução mínima 512 linhas horizontais. Possuir obturador eletrônico para bloquear super exposição de áreas da imagem. Possuir estação de Visualização Móvel compatível com o equipamento; Monitor mínimo 18” com alta qualidade de imagem, que permita fixação em braço flexível. Controle Remoto q/permite o controle das principais funções de</p>	01	

	<p>imagem. Acompanhado de software compatível com o equipamento, com exportação de imagens e informações via protocolo DICOM. Que os dados criados na modalidade imagem nuclear correspondam aos estudos gravados e agendados no RIS. Possuir Anodo giratório de no mínimo 15KW/300KHU (ou superior) de capacidade térmica. Possuir Indicadores visuais Valor selecionado para MA, valor selecionado p/KV, valor selecionado MAS (corrente x Tempo). Ajuste de KV, MA, MAS (corrente X tempo), tempo.</p>		
04	<p>Auto Clave Hospitalar Horizontal: Capacidade Mínima de 200 litros. Câmara interna em aço inoxidável AISI-316L ou qualidade superior; Câmara externa em aço inoxidável AISI-304 ou superior; O isolamento térmico em fibra mineral, lã de rocha ou de vidro, revestimento externo aço inoxidável; Câmara interna com uma entrada independente, que permita o alojamento de sensores de qualificação; Tubulações e Conexões em aço inoxidável em AISI-316L ou superior. Possuir uma porta, tipo guilhotina, com abertura e fechamento por sistema de elevação vertical, e com travamento automático; A porta deverá ser paredes externas em aço inoxidável AISI-304 ou superior, paredes internas deverá ser confeccionada em aço inoxidável AISI-316L ou superior; o sistema de vedação da porta deverá ser realizado através de guarnição de silicone pressurizada por ar comprimido; Gerador de vapor elétrico trifásico, montado dentro do gabinete; Abastecimento de água automático, através de bomba centrífuga; Resistências elétricas blindadas em aço inoxidável; Câmara interna em aço inoxidável AISI-316L ou superior; Equipado com manômetro e válvula de segurança em aço inoxidável; Válvulas de Comando: deve ser independentes, acionamento pneumático tipo pistão; sistemas de segurança; Comando automático, microprocessado, com programação flexível, composto de: Unidade de controle microprocessada, Sistema de controle da pressão da câmara externa por transdutor de pressão, Sistema Controle de Pressão / Vácuo da Câmara Interna por transdutor de pressão, Sistema Controle de Temperatura na Câmara Interna Eletrônico; Sistema de Indicação de temperatura interna digital, Comando deve permitir as operações: Escolha do ciclo de trabalho para esterilização de líquido, instrumentais, borracha, tecido, teste de hermeticidade e outros, permitir o ajuste da temperatura com faixa mínima de abrangência variando 121°C á 134°C e do tempo de esterilização, Programação mínima dos seguintes parâmetros dos ciclos de esterilização, Programa Bowie & Dick, Dispositivo para disparar o ciclo; Programa Líquidos; Programa teste de hermeticidade; Programa ciclo Flash. Ciclos de esterilização usos gerais recomendados, especialmente para materiais têxteis ou outros materiais com pontos críticos de penetração de vapor, O ciclo disponibilizado em memória deverá possuir as características funcionais: Remoção de ar, pulsante, Esterilização, Secagem, Aeração com ar estéril, Final do ciclo. Impressora para registro de: Tempos de operação, Ciclos, Fases do ciclo, Temperaturas, Pressões, Data e hora, Falhas no</p>	01	

<p>processo, Interrupção do ciclo; Bomba de vácuo, com selo de anel líquido, montada dentro do gabinete da Autoclave, Capacidade de atingir mínimo 55mmhg de pressão de vácuo, com temperatura água a 25°C. Válvula de segurança em aço inoxidável com alavanca e com acionamento por gatilho interna, externa e gerador de Vapor. O comando deverá ter as condições mínimas de segurança, Indicação no diplay e ou tela touch screen de falha, registro impresso da mesma e alarme luminoso e sonoro de pane no processo de esterilização. O equipamento deverá possuir dispositivo de emergência para bloqueio de todas as funções; Rack construído em aço inoxidável AISI-316 ou superior. 03 (três) Carros para transporte do rack, construído em aço inoxidável AISI-316 ou superior, com puxador e quatro rodízios (02 giratórios e 02 fixos), 03 (três) unidades. 02 (dois) Cestos aramados em aço inoxidável em AISI-316. Sistema Purificador de água por Osmose Reversa possuindo Sistema de tratamento de água por Osmose Reversa, com produção de pelo menos 16 litros/h composto por três pré-filtros e reservatório de água compatível com o consumo da autoclave; Compressor com capacidade para atender a demanda de ar comprimido.</p>	
--	--

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 085/2016– SESA

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e dezesseis, o **Secretário de Estado da Saúde do Estado do Amapá (SESA)**, neste ato denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, com sede na Av. FAB, nº 69 - Centro, Macapá-AP, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 23.086.176/0001-03, representada pelo (a) Secretário (a) de Estado da Saúde, Sr. _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF (MF) nº _____, uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 15, II da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 7.892/13, Decreto Estadual nº 3.182/2016, observadas ainda, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS** n.º 085/2016, RESOLVE registrar o (s) preço (s) da (s) empresa (s) relacionada (s) no item 4 desta Ata, neste ato também denominada(s) **DETENTORA (S) DA ATA , LICITANTE (S) ou LICITANTE (S) VENCEDORA (S)**, de acordo com a classificação por ela (s) alcançada (s), observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDER O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA (PRONTO SOCORRO GERAL), visando atender as necessidades desta Secretaria Estadual da Saúde, com propósito de atender a Proposta Nº 23.086.176000/1120-54, aprovada pelo Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde -Governo Federal, de acordo com as características contidas no Termo de Referência e seu Anexo, do **Pregão Eletrônico n.º 085/2016**, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata não será superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Órgão Gerenciador da Ata de registro de preços será a Coordenadoria de Assistência Hospitalar - CAH da Secretária de Estado da Saúde do Amapá.

4. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. Os preços, a empresa, as quantidades e as especificações dos materiais registrados na presente Ata, se encontram indicados no (s) quadro (s) abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

COTA EXCLUSIVA						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE/REGISTRO ANVISA	UND.	QTD.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
TOTAL DA COTA						

COTA PRINCIPAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE/REGISTRO ANVISA	UND.	QTD.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
TOTAL DA COTA						

5. DOS INSTRUMENTOS LEGAIS FIRMADOS ENTRE AS PARTES

5.1. Após a assinatura da presente Ata e convocação formal, a licitante deverá assinar o instrumento contratual e retirar a Nota de Empenho, no prazo de até 05 (cinco) dias.

5.2. É facultado à Administração, quando a licitante convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.3. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas reais necessidades.

5.4. A SESA não está obrigada, durante o prazo de validade do registro de preços, a efetuar as aquisições que dele poderão advir, podendo realizar licitações específicas para a aquisição pretendida, ficando assegurado ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5.5. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a SESA, após realizada a licitação específica, constatar que o preço obtido é igual ou maior que o registrado ou, após negociação, aquiescer a detentora da Ata em baixar o preço registrado, igualando ou tornando-o menor que o obtido em referida licitação.

5.6. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. Apresente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador (OG) ou qualquer órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 6.2. Quanto ao quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado, independente da quantidade de órgãos que promoverem a adesão.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 7.1. Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da Ata, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
- 7.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- 7.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- 7.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- 7.6. Consultar o detentor da Ata registrada (observada à ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o material a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata, conforme item 5.6.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ATA

- 8.1. Fornecer os materiais obedecendo rigorosamente ao disposto no Anexo I do Termo de Referência, do Pregão Eletrônico n.º 085/2016;
- 8.2. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Órgão Gerenciador, referentes às condições firmadas na presente Ata;
- 8.3. Viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- 8.4. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não do fornecimento de material a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata, conforme item 5.6.
- 8.5. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da Ata, informando a **CONTRATANTE** a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;
- a) A exigência que versa o item 8.5 refere-se aos elencados abaixo dentro outros constantes no Edital e seus anexos:
- I. Comprovação de regularidade junto a Receita Federal;
 - II. Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
 - III. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - IV. Certidão Negativa da Procuradoria Geral do Estado do Amapá – PGE/AP;
 - V. Certidão Negativa da Fazenda Municipal do domicílio sede.

9. DAS PENALIDADES

9.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a licitante e a adjudicatária que:

- a) Não assinar a Ata de Registro de Preços, retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
- b) Deixar de entregar documentação exigida neste Edital.
- c) Apresentar documentação falsa.
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.
- e) Não mantiver a proposta.
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo.
 - I. Para os fins deste item, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no art. 90, 92, 93, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.666/93.
- h) Fizer declaração falsa.
- i) Cometer fraude fiscal.

9.2. A licitante estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor contratado para a contratação quando incorrer em uma das hipóteses da condição anterior;

9.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

9.3.1. multa de:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado caso o material seja entregue com atraso, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 10 % (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O(s) contrato(s) advindo(s) da presente Ata poderá(ão) sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

10.2. O Gerenciador desta Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata;

a) Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Amapá, por intermédio do Órgão Gerenciador do registro de preços;

10.3. Quando o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao preço médio praticado no mercado, o Órgão Gerenciador solicitará ao detentor da Ata, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos nos termos do subitem anterior;

a) Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado.

b) Caso o detentor da Ata não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, devendo o Órgão Gerenciador convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação;

10.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o detentor da Ata, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação.

10.5. Não havendo êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços.

10.6 Após a homologação da licitação, o registro de preço observará entre outras as seguintes condições.

a) Será incluído, na respectiva Ata de registro de preço dos licitantes que aceitem cotar os bens ou serviços com os preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

10.7. A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada ao presente Edital, inclusive a seus demais Anexos em todas as suas cláusulas e, às Propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, ao Decreto nº 7.892/13, Decreto Estadual nº 3.182/2016, e suas alterações posteriores bem como subsidiariamente à Lei 8.666/93 e a toda a legislação pertinente.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O detentor da Ata, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

a) Não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) Não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. O detentor da Ata poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente, comprovados.

12. DA PUBLICIDADE

12.1. O (s) preço(s), a (s) quantidade(s), o (s) detentor (es) da Ata e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto e as quantidades, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial, em conformidade com o disposto no novo Decreto.

13. DA DESPESA

13.1. A despesa com a contratação do objeto desta licitação ocorrerá mediante disponibilidade orçamentária.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram a presente ata o Processo Administrativo n.º **304.16835/2014**, Edital do Pregão Eletrônico n.º **085/ 2016** e as propostas, com preços e especificações;

14.2. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Macapá-Ap, Seção Judiciária do Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal;

14.3. Na contagem de todos os prazos estabelecidos nesta Ata excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

a) Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente nesta Secretaria.

b) Se o vencimento cair em dia que não houver expediente nesta Secretaria de Estado, os prazos de que trata o subitem 14.3 serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Secretário de Estado da Saúde do Amapá

Empresa

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____